



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.001168/2016-99

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Locação de purificadores de água, incluindo os serviços de instalação, realocação, manutenções corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interna do equipamento, além de todo o material necessário ao regular funcionamento, para as unidades do Escritório Central da ANCINE, conforme planilha abaixo:

Quantitativo	
Av. Graça Aranha, 35	Quantidade
SS	1
Térreo	1
SL	1
2º andar	1
3º andar	1
4º andar	1
5º andar	1
6º andar	1
7º andar	1
8º andar	1
9º andar	1
10º andar	1
11º andar	1
12º andar	1
13º andar	1
R. Teixeira de Freitas, 31	
2º andar	2
4º andar	2
5º andar	1
R. Moraes e Vale, 111	
2º andar	1
Av. Graça Aranha, 57	
8º andar	1
TOTAL	22

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O referido serviço visa substituir o atual modo de abastecimento, galões de água, por um mais econômico e eficiente.

2.2. Na aquisição dos equipamentos, a garantia não cobre as trocas dos elementos filtrantes, o que ocorre em média a cada 6 (seis) meses e é de vital importância para o controle da qualidade da água. Ainda, com o fim da garantia, caso os aparelhos apresentem falhas, será necessária abertura de Processo Administrativo para contratação de manutenção, ficando o aparelho defeituoso sem uso até a contratação e reparo;

2.3. Na locação com prestação de serviços, a manutenção preventiva (troca do elemento filtrante e limpeza do aparelho) e a corretiva correrão por conta da contratada, além disso, em reparos que não possam ser realizados de imediato o equipamento será substituído, provisoriamente, por outro até o reparo sem prejuízo na prestação dos serviços aos usuários.

3. OBJETIVO

3.1. Substituir a atual forma de abastecimento por um mais econômico e eficiente.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 4.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, e possuir, no mínimo, as seguintes características:
- 4.1.1. Fornecer água para consumo com vazão igual ou superior a 1 (um) litro por minuto;
 - 4.1.2. Voltagem 110v. ou bivolt
 - 4.1.3. Possuir graduação para água natural e gelada ou possuir fornecimento nas temperaturas natural, mista e gelada;
 - 4.1.4. Possibilitar o posicionamento em bancada ou em parede;
 - 4.1.5. Possuir sistema de abastecimento através de bica móvel, articulável ou telescópica, que facilite e permita o enchimento de recipientes apropriados para a coleta e consumo de água (copos, jarras e/ou garrafas), bem como bandeja ou cuba coletora para escoamento removível;
 - 4.1.6. Estar em conformidade com as Normas Técnicas ABNT NBR 16098:2012 ou 14908:2004, bem como estar devidamente certificado por Organismo de Certificação de Produto acreditado pelo INMETRO;
 - 4.1.7. Ser classificado no mínimo como **P-III**, quanto a sua eficiência para retenção de partículas, de acordo com a Norma Técnica **ABNT NBR 16098:2012** ou **14908:2004**;
 - 4.1.8. Ser classificado como **C-I**, quanto a sua eficiência para redução de cloro livre, de acordo com a Norma Técnica **ABNT NBR 16098:2012** ou **14908:2004**;
 - 4.1.9. Ter sido **aprovado** nos ensaios, quanto a sua eficiência bacteriológica, de acordo com a Norma Técnica **ABNT NBR 16098:2012** ou **14908:2004**;
 - 4.1.10. Purificar a água através de sistema que contenha filtro de carvão ativado e membrana com eficiência contra bactérias (seja por retenção, eliminação e/ou inibição de seus efeitos nocivos) ou sistema equivalente que garanta a qualidade de purificação;
 - 4.1.11. Serem, todos os equipamentos, fornecidos na cor padrão branco ou cinza (prata).

5. DA INSTALAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Os equipamentos deverão ser instalados pela CONTRATADA nos locais indicados pela fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- 5.2. A CONTRATADA deverá fornecer suportes para os equipamentos caso forem fixados em parede, devido à impossibilidade de fixar o equipamento na pedra que reveste a parede (alvenaria com revestimento em pedra à meia altura);
- 5.3. Se, no momento da instalação, for verificada insuficiência de pressão na rede hidráulica que impeça o funcionamento adequado do equipamento, a CONTRATADA deverá instalar concomitantemente um pressurizador de acordo com a voltagem da rede elétrica do imóvel, não devendo a ANCINE, em hipótese nenhuma, pagamento de qualquer espécie relacionado ao pressurizador;

6. DA GARANTIA PERMANENTE DE ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 6.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia permanente de atendimento aos equipamentos durante toda a vigência do contrato, mantendo as características técnicas e operacionais previstas no item 5;
- 6.2. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas nos equipamentos locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos;
- 6.3. O fiscal do contrato notificará a CONTRATADA para efetuar a manutenção corretiva sempre que o equipamento não estiver funcionando adequadamente;
- 6.4. Após a notificação, acerca da necessidade de manutenção corretiva, a CONTRATADA terá os prazos máximos de 1 (um) dia útil para agendar a visita técnica e de 2 (dois) dias úteis para reparar ou substituir o equipamento;
- 6.4.1. Na impossibilidade da manutenção ser realizada no local e/ou se a correção do(s) defeito(s) apresentado(s) demandar mais do que 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, fornecer e instalar outro equipamento que atenda as especificações deste Termo de Referência, pelo tempo necessário para concluir o reparo.

7. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 7.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas nos equipamentos locados, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos;
- 7.1.1. Incluem-se na manutenção preventiva a limpeza necessária dos sistemas internos do equipamento, tais como canos, dutos, peneiras, torneiras e dispositivos análogos, bem como o fornecimento de todos os materiais e substâncias que se fizerem necessários para os procedimentos, sem quaisquer ônus para a ANCINE.
- 7.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato um Plano de Manutenção Preventiva Anual para os EQUIPAMENTOS instalados;
- 7.2.1. No Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá constar no mínimo: a identificação de cada EQUIPAMENTO instalado, a periodicidade para realização das manutenções preventivas, as datas previstas para sua execução e qual(is) intervenção(ões) será(ão) realizada(s) em cada manutenção preventiva de cada equipamento;

7.2.2. A periodicidade máxima entre as intervenções de manutenções preventivas em cada equipamento não deverá ultrapassar 6 (seis) meses.

8. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

8.1. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento de baterias, peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas manutenções corretivas e preventivas dos equipamentos, não devendo a ANCINE, em hipótese nenhuma, pagamento por esse fornecimento.

9. DA VISTORIA FACULTATIVA

9.1. A Visita Técnica facultativa – cuja justificativa detém relevância no contexto da empreitada e decorre de condição adicional à análise das peculiaridades do serviço licitado, sendo complementar às informações e condições locais para a futura execução contratual – os Licitantes através de representante do seu quadro técnico, tomarão conhecimento dos locais de execução dos serviços e terão a oportunidade de dirimir dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, bem como das possíveis dificuldades ou obstáculos para o bom desempenho das atividades inerentes ao objeto não cabendo alegações, dúvidas ou reclamações posteriores.

9.2. A Visita Técnica deverá ser agendada junto ao Escritório Sede, nos dias úteis, no horário de 10 às 16 horas, devendo a mesma ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da licitação.

9.3. Ao término da visita técnica, a empresa concorrente deverá receber o “Atestado de Vistoria” assinado e datado em duas vias pelos responsáveis de ambas as partes, onde expressará estar ciente e de acordo com todas as especificações técnicas, bem como a quantidade e tipo de material e mão-de-obra a empregar; tendo ainda dirimido todas as dúvidas quanto às interpretações deste Termo de Referência.

10. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

10.1. Qualquer discrepância porventura observada, que possa trazer dúvidas ou embaraços ao desenvolvimento do serviço deverá ser esclarecida junto à ANCINE, antes da proposta do orçamento. Caso isto não ocorra prevalecerá sempre a interpretação que favoreça a ANCINE;

10.1.1. Nestas condições, qualquer omissão do presente Termo de Referência, não justificará inexecução ou a execução fora das normas e da boa técnica;

10.1.2. Os materiais a empregar na empreitada deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações do presente Termo de Referência, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas, ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos.

10.2. Correrão por conta da CONTRATADA todas as recomposições que se fizerem necessárias nos locais eventualmente afetados em decorrência da implantação dos serviços;

10.3. Após a assinatura do contrato a CONTRATADA assume inteira responsabilidade sobre os elementos apresentados para execução do serviço, não sendo admitidas quaisquer alegações quanto à omissão destes elementos que venham onerar a empreitada.

10.3.1. Serviços extras, além do objeto do contrato, somente serão admitidos quando solicitados pela FISCALIZAÇÃO da Agência Nacional de Cinema.

10.4. A CONTRATADA deverá sempre manter dentro das unidades da ANCINE, seus empregados devidamente uniformizados (com logotipo da empresa) e com crachá identificativo do empregado.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

11.1.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;

11.1.2. Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

11.1.3. Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

11.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. A execução dos serviços deverá ser agendada para ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 09 às 18h.

12.2. Em caso de necessidade da ANCINE, os serviços poderão ser realizados em horário diferente do acima indicado e aos sábados, domingos e feriados;

12.3. A empresa deverá informar com antecedência mínima de 24 horas, em documento formal, nome e RG dos trabalhadores.

12.4. A ANCINE se reserva no direito de rejeitar o serviço executado, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

12.5. Compete à CONTRATADA integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos, até sua entrega definitiva.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;

13.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

13.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação;

13.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

Item	Serviços	Unid. Med.	Quant.	Custo máximo mensal estimado para locação de 22 equipamentos
1	Locação de purificadores de água.	Unid.	22	
Total global estimado p/ locação de 22 equipamentos por 12 meses				

15. DO PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

15.1. A empresa contratada receberá da ANCINE, mensalmente, pagamento pelos serviços prestados, observados os requisitos estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço, correspondente às atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, independente da ocorrência desta última.

15.2. Uma vez calculada a nota final dos serviços prestados pela CONTRATADA, o pagamento será efetuado com os devidos ajustes, conforme os parâmetros constantes do ANS.

15.3. As imperfeições apontadas nas tabelas de avaliação do ANEXO IC serão comunicadas à CONTRATADA, antes da aplicação do desconto no cálculo da fatura.

15.4. No faturamento mensal da locação o desconto será o apurado com base nas imperfeições referentes aos serviços solicitados pelo fiscal e/ou executados no mês imediatamente anterior ao do faturamento.

15.5. No tocante ao faturamento da locação no último mês de vigência contratual, o desconto incluirá o que for apurado também neste mês.

15.6. O desconto previsto acima será aplicado, sem prejuízo das sanções previstas;

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela ANCINE no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

16.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo fiscal, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ANCINE.

16.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ANCINE.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANCINE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a ANCINE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da ANCINE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela ANCINE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = <u>(6/100)</u> 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

17. DA VIGÊNCIA

17.16. O período inicial da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.17. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

18.18. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.19. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

18.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a ANCINE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.21. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.22. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

18.23. Apresentar à ANCINE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

18.24. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à ANCINE;

18.25. Atender as solicitações da ANCINE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

18.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

18.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à ANCINE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

18.28. Relatar à ANCINE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

18.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.33. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA ANCINE

20.34. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.35. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.36. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

20.37. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

20.38. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

21. DAS SANÇÕES

21.39. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

21.39.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.39.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.39.3. Fraudar na execução do contrato;

21.39.4. Comportar-se de modo inidôneo;

21.39.5. Cometer fraude fiscal;

21.39.6. Não manter a proposta.

21.40. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.40.7. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a ANCINE;

21.40.8. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

21.40.8.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração ANCINE a promover a rescisão do contrato;

21.40.8.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.40.9. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

21.40.9.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

21.40.10. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.40.11. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

21.40.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a ANCINE pelos prejuízos causados;

21.41. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

21.41.13. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.41.14. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.41.15. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.42. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.43. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ANCINE, observado o princípio da proporcionalidade.

21.44. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IA – Atestado de Vistoria.

ANEXO IB – Acordo de Níveis de Serviço – ANS.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Koiti Arimori, Técnico Administrativo**, em 19/09/2016, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0174355** e o código CRC **C5777E41**.

ANEXO IA

PROCESSO Nº.

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, do processo supracitado, que, por intermédio do(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) nº _____, devidamente credenciado(a) por nossa empresa _____, foram vistoriados os locais que serão objeto dos serviços e que somos detentores de todas as informações relativas à sua elaboração.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Endereço: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail (se houver): _____

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL
(REPRESENTANTE CREDENCIADO)

Visto:

ANEXO IB

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

I - ÍNDICE DE ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Item	Descrição
Finalidade	Verificar o atendimento das solicitações de serviços de manutenção corretiva encaminhadas.
Meta a cumprir	70% das solicitações de serviços de manutenção corretiva atendidas.
Instrumento de medição	Formulário eletrônico, formulário impresso, planilha de controle.
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado de atendimento de serviços (planilha eletrônica, controle manual das solicitações)
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$(A/B)*100=X\%$ A = Prazo para atendimento da manutenção corretiva. B = Total de horas para atendimento manutenção de emergência.
Início da vigência	Início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	X % de atendimento = X % das Ordens de Serviço
Sanções	<ul style="list-style-type: none"> Até 30% de não atendimento – Advertência De 31% a 40% de não atendimento – Multa de 5% do valor mensal. Acima de 40% de não atendimento – Multa de 10% do valor mensal.

II - ÍNDICE DE ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Item	Descrição
Finalidade	Verificar o cumprimento dos serviços mensais de manutenção preventiva previstos no Plano Anual de Manutenção dos Purificadores.
Meta a cumprir	100% dos serviços de manutenção preventiva previstos mensalmente no Plano Anual de Manutenção.
Instrumento de medição	Formulário eletrônico, formulário impresso, planilha de controle.
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado de atendimento de serviços (planilha eletrônica, controle manual das solicitações)
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$(A/B)*100 = X\%$ A = Itens de manutenção preventiva executados. B = Itens de manutenção preventiva previstos.
Início da vigência	Início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	X % de atendimento = X % das Ordens de Serviço
Sanções	<ul style="list-style-type: none"> Até 5% de não atendimento - Advertência. De 6% a 10% de não atendimento - Multa de 5% do valor mensal. Acima de 11% de não atendimento - Multa de 10% do valor mensal.

II – APRESENTAÇÃO DO MESMO DEFEITO ANTERIORMENTE CORRIGIDO NA MANUTENÇÃO CORRETIVA

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que haja o menor retrabalho na manutenção corretiva.
Meta a cumprir	60 dias sem apresentar o mesmo defeito no mesmo equipamento que sofreu a manutenção corretiva.
Instrumento de medição	Formulário eletrônico, formulário impresso, planilha de controle e identificação do mesmo problema no mesmo equipamento.
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado de atendimento de serviços (planilha eletrônica, controle manual das solicitações).
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$(A/B)*100 = X\%$ A = Total de atendimentos de manutenção corretiva no mês. B = Total de atendimentos de manutenção corretiva no mês + total de atendimentos considerados retrabalho.
Início da vigência	Início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	X % de atendimento = X % das Ordens de Serviço
Sanções	<ul style="list-style-type: none"> · Até 20% de não atendimento - Advertência. · De 21% a 30% de não atendimento - Multa de 1% do valor mensal. · Acima de 31% de não atendimento - Multa de 2% do valor mensal.

Observações:

Os ajustes no pagamento são cumulativos.

Poderá haver rescisão contratual caso o ajuste no pagamento seja superior a 20%.

Caso haja motivo alheio à vontade da contratada que a impeça de cumprir os prazos deste acordo de nível de serviço, deverá demonstrar por escrito. Demonstrado o motivo, o fiscal do contrato poderá, a seu critério, julgar a pertinência do pleito e estabelecer novo prazo compatível e razoável para a execução do serviço.